



## Artigo

# **Ação Afirmativa na pós-graduação brasileira: tensionando o debate**

## **Affirmative Action in Brazilian graduate studies: tensioning the debate**

## **Acción Afirmativa en los estudios de posgrado brasileños: tensar el debate**

**Jurandir de Almeida Araújo<sup>1</sup>**

Faculdade Visconde de Cairu (FVC), Salvador - BA, Brasil

### **Resumo**

Políticas de Ações Afirmativas têm sido instituídas em diferentes esferas da sociedade brasileira, em particular no âmbito das instituições públicas de ensino superior desde o início do presente século, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Assim, é objetivo desse artigo tecer uma análise teórico-crítica acerca da implementação dessas políticas nos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras. Metodologicamente ancorado na pesquisa bibliográfica, o estudo, em linhas gerais, evidenciou que a adoção de ações afirmativas na pós-graduação, com raras exceções, ocorreu posteriormente à adoção na graduação, inicialmente de caráter racial, hoje contempla outros sujeitos pertencentes a grupos sociais historicamente marginalizados, a exemplo de pessoas com deficiência, quilombolas, pessoas trans, estudantes graduados na rede pública, baixa renda e membros de povos e comunidades tradicionais; e, de forma tímida, portadores de visto humanitário (refugiados) e membros do movimento negro. Sinalizou ainda que, para além da reserva de vagas, faz-se necessário garantir a permanência e o êxito dos estudantes cotistas na universidade. E que, se o clima tem sido tenso e complexo na graduação, a ampliação das políticas de ações afirmativas para a pós-graduação revela o quanto essas políticas têm ainda a serem estudadas e debatidas no meio acadêmico, político, jurídico e social dos brasileiros.

### **Abstract**

Affirmative Action Policies have been instituted in different spheres of Brazilian society, particularly within the scope of public institutions of higher education since the beginning of the present century, both in undergraduate and graduate courses. Thus, the objective of this article is to carry out a theoretical-critical analysis about the implementation of these policies in the graduate programs of Brazilian public universities. Methodologically anchored in bibliographic research, the study, in general, showed that the adoption of affirmative actions in graduate school, with rare exceptions, occurred later on in undergraduate course, initially of racial character,

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de pesquisa Política e Gestão da Educação, do Grupo de pesquisa Educação (PPGE/UFBA), Desigualdade e Diversidade (PPGEduC/UNEB), do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital/UFBA), do Grupo de Pesquisa Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, Trabalho e Educação, Educação Popular e Diversidade (EJAPOD) e da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) pela Justiça Social (Abrapps). Coordenador Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade Visconde de Cairu. E-mail: [jurandir@cairu.br](mailto:jurandir@cairu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2688-4858>

today it contemplates other subjects belonging to historically social groups marginalized, such as disabled people, quilombolas, trans people, students graduated from public schools, low income and members of traditional peoples and communities; and, timidly, holders of humanitarian visas (refugees) and members of the black movement. It also signaled that, in addition to reserving places, it is necessary to guarantee the permanence and success of quota students at the university. And that, if the climate has been tense and complex during graduation, the expansion of affirmative action policies for graduate students reveals how much these policies have yet to be studied and debated in the academic, political, legal and social environment of Brazilians.

### Resumen

Las Políticas de Acción Afirmativa se han instituido en diferentes ámbitos de la sociedad brasileña, particularmente en el ámbito de las instituciones públicas de educación superior desde principios del presente siglo, tanto en cursos de pregrado como de posgrado. Así, el objetivo de este artículo es realizar un análisis teórico-crítico sobre la implementación de estas políticas en los programas de posgrado de las universidades públicas brasileñas. Anclado metodológicamente en la investigación bibliográfica, el estudio, en general, mostró que la adopción de acciones afirmativas en la escuela de posgrado, con raras excepciones, ocurrió posteriormente en la carrera de pregrado, inicialmente de carácter racial, hoy contempla otros sujetos pertenecientes a grupos sociales históricamente marginados, como personas con discapacidad, quilombolas, personas trans, estudiantes egresados de escuelas públicas, de bajos ingresos y miembros de pueblos y comunidades tradicionales; y, tímidamente, titulares de visas humanitarias (refugiados) y miembros del movimiento negro. También señaló que, además de reservar plazas, es necesario garantizar la permanencia y el éxito de los estudiantes de cuota en la universidad. Y que, si el clima ha sido tenso y complejo durante la graduación, la expansión de las políticas de acción afirmativa para los estudiantes de posgrado revela cuánto falta estudiar y debatir estas políticas en el ámbito académico, político, legal y social de los brasileños.

**Palavras-chave:** Ensino superior; Desigualdades; Políticas de ações afirmativas.

**Keywords:** University education; Inequalities; Affirmative action policies.

**Palabras claves:** Enseñanza superior; Desigualdades; Políticas de acción afirmativa.

*O Brasil tem recursos naturais, mas passa fome, e naturalmente rico, mas vive endividado, é negro e mestiço, mas deseja ser europeu.*

**Abdias do Nascimento**

Em consonância com as palavras de Abdias do Nascimento, na epígrafe acima, compreende-se que o Brasil é um país multicultural, pluriétnico, multilíngue e plurirreligioso, privilegiado em recursos hídricos e minerais, em fauna e flora. Uma nação, pode-se afirmar, em todos os aspectos – culturais, étnico-raciais, linguísticos, religiosos e ecológicos – a diversidade se faz presente de forma ampla e exuberante. No entanto, é um país extremamente injusto e desigual na concentração e distribuição de riqueza e renda e tem como agravante, entre outros fatores, o racismo, uma vez que, na sociedade

brasileira, na hierarquia da renda, o pertencimento étnico-racial, como pontua Elisa Larkin Nascimento (2003), é fator determinante.

No Brasil, enquanto uma pequena minoria, em quase sua totalidade de pessoas brancas, detém a maior parte da renda e das riquezas produzidas no país, uma grande maioria, predominantemente de afrodescendentes (pretos e pardos), encontra-se empobrecida e em situação de vulnerabilidade social e risco de vida. A pobreza e as desigualdades sociais na sociedade brasileira, além de cor, têm endereço, pois atingem com maior intensidade as regiões economicamente menos desenvolvidas – Norte e Nordeste, nas quais os afrodescendentes são maioria no conjunto da população - Norte 76,3%, Nordeste 72,5%, Centro-Oeste 59,2%, Sudeste 46,0% e Sul 23,2% (ARAÚJO, 2018). No conjunto da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), os afrodescendentes são 55,8%, sendo pretos 9,3% e pardos 46,5%.

Assim como a injusta e a desigual concentração e distribuição de riqueza e renda entre brancos e não brancos e entre as regiões do país, o acesso à educação formal também não é diferente. Quanto mais empobrecido for o sujeito, menor é seu nível de escolaridade. E se, além disso, for negro, a desvantagem aumenta ainda mais, o que leva a se considerar que, na hierarquia educacional, o pertencimento étnico-racial também é fator determinante (Araújo, 2018). Nesse aspecto, a complexa inter-relação entre cor/raça, posição social e nível de escolaridade na sociedade brasileira, como observa Joselina Silva (2007, p. 165), “[...] está baseada em relações hierarquizadas e posicionamentos sociais sempre ambivalentes, dependentes de situações cotidianas e de contextos específicos”.

A pirâmide educacional no Brasil, como observa Carlos Roberto Jamil Cury (2002, p. 258), “[...] acompanha muito de perto a pirâmide da distribuição da renda e da riqueza.” Ante tal realidade, a importância de não se reduzir a discussão acerca da pobreza e das desigualdades sociais no país apenas à questão socioeconômica, mas considerando algumas particularidades, como pertencimento étnico-racial, regiões geopolíticas e nível de escolaridade. Particularidades essas que estão refletidas na educação e influenciam negativamente na trajetória educacional dos agentes sociais empobrecidos, em particular na vida dos pertencentes aos grupos historicamente marginalizados.

As desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais, regionais e educacionais estão inter-relacionadas e se complementam. E seus reflexos na vida dos agentes sociais empobrecidos, em particular na vida dos negros e negras, reduzem as oportunidades de acesso, permanência e sucesso destes na escola, assim como suas expectativas de prosseguirem nos níveis mais altos de ensino – graduação e pós-graduação (Araújo, 2018) considerados como uma das vias de mobilidade social ascendente. De modo consequente, com menos chances de acessarem os espaços sociais e as atividades laborais socioeconomicamente mais valorizados e, à vista disso, subalternizados, em empregos mal remunerados, subempregos ou desempregados.

Diante desse contexto, nas últimas décadas, as discussões em torno da educação das e para as relações étnico-raciais tornaram-se cada vez mais fortes pela urgência de mudanças que oportunizem uma educação para todas as pessoas, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. Dentre essas discussões estão as Políticas de Ações Afirmativas, as quais, de acordo com pesquisas acadêmicas (Artes, Ricoldi, 2015; Delgado, 2016; Araújo, 2020),

governamentais (indicadores socioeconômicos e educacionais) e não governamentais (Movimentos Sociais, Ongs e outros), têm contribuído significativamente para diminuir barreiras impostas pela sociedade aos agentes sociais empobrecidos e historicamente marginalizados que dificultam a ascensão social, econômica, política e intelectual destes, bem como no acesso a bens e serviços básicos, como educação, saúde, moradia, entre outros.

Desde o início do século XXI, as políticas de ações afirmativas têm se configurado como importante instrumento de ampliação do acesso da população negra e outros grupos historicamente marginalizados no Ensino Superior. Nesta perspectiva, é objetivo desse artigo tecer uma análise teórico-crítica acerca da implementação das referidas políticas nos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras. Trata-se, portanto, de um estudo interessado na problematização da implementação de políticas de ações afirmativas na pós-graduação, levando em consideração aspectos relacionados às desigualdades étnico-raciais, educacionais, regionais, entre outros, tomando por base as experiências, atuações, negociações e articulações dos atores sociais envolvidos na questão.

De abordagem qualitativa, com método exploratório ancorado na pesquisa bibliográfica com levantamento da literatura não sistemática, o estudo parte dos pressupostos teóricos de Rafael Ribeiro (2011), que chama a atenção para a importância de estudos que não apresentem apenas justificativas para a adoção de políticas de ações afirmativas nas diferentes esferas da sociedade, mas que sirvam de subsídios para delimitar alcance e limite. Também avaliação, monitoramento e acompanhamento das ações implementadas.

Para João Feres Júnior (2012, p. 14), sem avaliações sólidas das políticas de ações afirmativas, corre-se o risco de se ficar “[...] eternamente no plano da conjectura e da anedota e assim não conseguir atingir o objetivo maior dessas iniciativas, que é o de democratizar o acesso à educação superior no Brasil.” Assim, a importância de estudos que apresentem os impactos e desdobramentos dessas políticas, tanto na graduação quanto na pós-graduação, assim como na vida dos agentes sociais por elas contemplados. No entanto, para discutir sobre a implementação das referidas políticas nos programas de pós-graduação brasileiros, faz-se necessário contextualizar o universo da graduação (Pereira; Rocha Neto, 2019).

## **Os impactos das Políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior**

Tanto no Ensino Superior quanto em outros setores da sociedade, as Políticas de Ações Afirmativas têm potencializado os agentes sociais historicamente marginalizados (negros, indígenas e outros) a superarem barreiras que ao longo da história da nação brasileira lhes têm sido impostas, principalmente em decorrência do racismo. Políticas essas que, segundo Katia Norões (2013, p. 01), são propostas apresentadas e defendidas pelas organizações que compõe o movimento negro brasileiro com a participação de intelectuais negros e brancos “[...] no contexto de disputas políticas, sociais e ideológicas que compreendeu a reivindicação por cotas raciais no Brasil.” Ou seja, impulsionadas pelo tensionamento promovido pelos movimentos sociais, em particular pelo Movimento Negro e os intelectuais negros e negras junto aos

governantes, às instituições de ensino e à sociedade em geral, desde meados do século passado (Araújo, 2020).

Na atualidade, conforme os estudos de Araújo (2018; 2020), baseados nos indicadores socioeconômicos e educacionais, o contexto de desigualdades sociais, étnico-raciais, regionais e educacionais, mesmo a curtos passos, vem sendo modificado na sociedade brasileira. E os resultados almejados com as políticas de ações afirmativas estão sendo alcançados e podem ser vistos a olhos nus em determinados setores da vida social dos brasileiros, a exemplo do aumento significativo da presença de pessoas negras e indígenas nos níveis mais altos de ensino – graduação e pós-graduação – e das políticas educacionais contemplativas da diversidade étnico-racial do povo brasileiro e da humanidade.

Em relação aos afrodescendentes, os estudos de Ignacio Delgado (2016) revelam que houve um aumento crescente e expressivo na frequência destes na Educação Superior na primeira década desse século. Segundo o referido autor, se comparado o percentual de brancos, pretos e pardos no ensino superior entre os anos de 2000 e 2010, veremos que entre a população branca subiu de 8,1% em 2000 para 14,5% em 2010, um crescimento de 79,1%; entre a população parda subiu de 2,2% para 6,7%, um crescimento de 304,54%; e entre a população preta subiu de 2,3% para 8,4%, um crescimento de 365,21%.

Como pode-se perceber, entre a população preta, um aumento percentual um pouco maior que entre a parda e expressivamente superior à branca. Aumentos esses em decorrência da expansão, interiorização e ampliação do número de vagas nas universidades públicas e privadas, das políticas de ações afirmativas e/ou de caráter afirmativo, com destaque para a política de cotas, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Em 2015, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de jovens brancos, entre 18 e 24 anos de idade, cursando o ensino superior, era de 26,5% e entre os jovens negros, na mesma faixa etária, de 12,8% (IBGE, 2015). No conjunto da população, em 2018, o percentual de pessoas negras matriculadas no ensino superior era de 35,4%, enquanto o de pessoas brancas era de 53,2% (IBGE, 2019), como se pode perceber, um diferencial expressivo entre brancos e negros e expresso nos níveis de ensino anteriores.

Conforme os estudos de Luiz Augusto Campos, Danilo França e João Feres Júnior (2018), o percentual de brasileiros por cor/raça sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, em 2016, pretos era de 8%, pardos 9% e brancos 4%; com ensino fundamental completo, pretos 10%, pardos 10% e brancos 9%; com ensino médio completo, pretos 32%, pardos 31% e brancos 32%; superior completo, pretos 9%, pardos 8% e brancos 22%. A escolaridade média dos pretos e pardos é de 8 anos e 10 anos para os brancos, uma diferença de dois anos a menos para os afrodescendentes.

Diante dos números percentuais acima apresentados, pode-se asseverar que o acesso à educação formal no Brasil, desde a educação básica ao ensino superior, ainda se dá de forma bastante injusta e desigual, como diria Pierre Bourdieu (1998), favorece os agentes sociais mais favorecidos e desfavorece os menos favorecidos. E que a instituição escolar, que sempre foi elitista e excludente, hoje exclui de maneira contínua em todos os níveis e



modalidades de ensino, mantendo em seu interior aqueles e aquelas que ela exclui, denominados por Bourdieu (1998) de “os excluídos do interior”. Em outras palavras, os agentes sociais pertencentes aos grupos historicamente marginalizados estão tendo um maior acesso aos diferentes níveis e modalidades de ensino, mas para muitos trata-se de uma inclusão excludente, expressa em desigualdade de acesso, de tratamento e de resultado.

No que diz respeito ao acesso à educação superior, mesmo ainda existindo um distanciamento muito grande entre brancos e negros, compartilha-se o pensamento de Joana Célia dos Passos (2015, p. 157) de que:

Já não é mais possível ignorar o impacto positivo das políticas de ações afirmativas no interior das universidades [brasileiras], até então, um espaço tradicionalmente reservado, sem qualquer constrangimento, à elite política, econômica e cultural.

Elite essa que, com as referidas políticas, em particular a política de cotas, agora se vê obrigada a compartilhar o espaço universitário com os agentes sociais pertencentes aos grupos historicamente marginalizados, até então dele excluídos, uma vez que poucos eram os que conseguiam ter acesso ao ensino superior.

Pode-se afirmar que a implementação de políticas de ações afirmativas na sociedade brasileira, em particular no ensino superior, significou um grande avanço na promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades. No entanto, ainda existe uma enorme disparidade entre os que se encontram no topo da pirâmide socioeconômica e educacional e os que se encontram na base. A esse respeito, José Jorge de Carvalho (2003, p. 304) ressalta que só conseguiremos entender a baixa representatividade dos negros e negras no ensino superior “[...] se analisarmos a pirâmide do mundo acadêmico pelo topo e não só pela base.” Afinal, quem são os agentes sociais que se encontram no topo da pirâmide acadêmica? Como apontam os indicadores educacionais, as pessoas brancas que ao longo da história gozam de privilégios e poderes que os mantêm no topo da pirâmide socioeconômica e educacional brasileira.

Cabe observar que a educação dos agentes sociais pertencentes aos grupos abastados é diferenciada, isto é, de melhor qualidade em relação à educação oferecida aos pertencentes aos grupos menos favorecidos. E que,

[...] se o acesso aos bens escolares se expandiu, as habilitações e as formações mais prestigiosas permanecem quase monopólio dos grupos mais favorecidos, enquanto os menos favorecidos monopolizam, por sua vez, as habilitações mais curtas e menos rentáveis (Dubet, 2008, p. 27).

Nesta direção, chama a atenção o fato de que na educação básica brasileira os agentes sociais empobrecidos, em sua maioria de afrodescendentes, ocupam os bancos das escolas públicas, consideradas como de estrutura precária e de pouca qualidade. Na educação superior, o quadro se inverte, passam a ocupar os bancos das instituições de ensino privado, em sua maioria, tidas como de baixa qualidade ou de qualidade duvidosa (Queiroz, 2004) e diplomas de menor prestígio no mercado de trabalho (Heringer, 2018). Enquanto os agentes sociais enriquecidos, em sua

maioria de pessoas brancas, que durante a educação básica são usuárias do sistema de ensino privado, passam a ocupar os bancos das universidades públicas, consideradas como de excelente qualidade. Logo, como observa Araújo (2018), no Brasil, a educação oferecida aos sujeitos menos favorecidos não lhes oferece os elementos necessários para saírem do lugar subalterno a que têm sido condicionados ao longo da história.

Diante do exposto, pode-se dizer que as oportunidades educacionais no Brasil não são iguais para todas as pessoas, uma vez que, enquanto para os agentes sociais enriquecidos é garantida uma educação de qualidade que lhes favorece na manutenção de privilégios sociais, econômicos, políticos e simbólicos, para os empobrecidos é oferecida uma educação de baixa qualidade (Araújo, 2018). E, desta forma, como observa Queiroz (2004), o retorno da escolaridade básica os limita de acessarem os níveis mais altos de ensino (graduação e pós-graduação) e reforça o histórico de exclusão.

Pode-se dizer ainda que o aumento da participação de negros e negras no ensino superior brasileiro não se explica “[...] pelo aumento da escolaridade, mas por alterações no processo classificatório das pessoas.” (Artes; Ricoldi, 2015, p. 867). Isto é, os marcadores sociais utilizados como critérios para se inscrever nas vagas reservadas pela política de cotas, ProUni, Fies, entre outras políticas de ações afirmativas e/ou com um viés afirmativo existentes.

No entanto, mesmo com a adoção das referidas políticas, a manutenção da hegemonia branca no ensino superior pode ser verificada a olhos nus em grande parte das universidades públicas brasileiras, em particular nos cursos de alto prestígio social. Nessa direção, Fúlvia Rosemberg (2010, p. 103) pontua que as universidades públicas e privadas de maior prestígio, em decorrência de processos históricos e contemporâneos, “[...] são espaços relativamente segregados do ponto de vista racial e social.”

Vivian Viana e Haroldo Bentes (2011, p. 85) ampliam a discussão ao observar que grande parte das universidades públicas brasileiras “[...] continuam a ser ocupadas por uma maioria branca que, durante a História brasileira, sempre foi beneficiada por políticas governamentais.” No entanto, quando são os agentes sociais historicamente marginalizados os beneficiados, a discussão ganha uma dimensão política, jurídica, acadêmica e social diferente, polarizada entre contrários e favoráveis. Como chama a atenção Carvalho (2007, p. 28):

Não é que as pessoas são contra as cotas porque tenham algum argumento verdadeiro. Elas simplesmente são contrárias porque, se abrirem cotas para os negros, vão diminuir as cotas para as pessoas brancas: os filhos deles que querem entrar na universidade. É simples, eles vão perder uma parte dos privilégios que não querem perder.

Afinal, não é do interesse dos agentes sociais brancos enriquecidos, historicamente beneficiados pelas políticas governamentais, dividir de forma igualitária com os agentes sociais empobrecidos, ao longo da história discriminados e marginalizados na sociedade brasileira, os espaços sociais e economicamente mais valorizados. O Ensino Superior é um desses espaços. Nessa direção, François Dubet (2008, p. 118) ressalta que:

O espaço escolar é um terreno de lutas extremamente ferozes no qual os grupos que conseguem se sair bem não estão dispostos a correr o risco de mudar as regras. Os vencedores da competição do mérito não querem mudar nem os conteúdos, nem as regras, nem os modelos pedagógicos que os beneficiaram e dos quais esperam que os seus filhos se beneficiem.

Grupos esses majoritariamente compostos de pessoas brancas e que, na sociedade brasileira, sob a tutela do Estado, gozam de privilégios e poderes historicamente adquiridos em detrimento dos direitos dos agentes sociais não brancos. Assim, ao perceberem que seus privilégios e poderes estão ameaçados, utilizam-se do poder que exerce sobre o Estado para preservá-los. Está muito distante de seus interesses dividir com os agentes sociais menos favorecidos, subalternizados e historicamente marginalizados, de forma justa e igualitária, os bens econômicos e culturais, isto é, o capital econômico e o capital social (Bourdieu, 1996), que os mantém no ponto mais alto da hierarquia social, econômica, política e educacional.

Engana-se quem pensa que os agentes sociais brancos enriquecidos aceitaram passivamente as políticas de ações afirmativas. Sob a tutela do Estado, têm feito readequações, readaptações e reformulações dos mecanismos e meios de assegurar seus privilégios e poderes, principalmente na esfera política. No governo atual, órgãos colegiados nacionais deliberativos e de assessoramento à administração pública foram extintos, assim como a participação da sociedade civil nos que ainda existem. Dentre eles, a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIRR).

A extinção da SECADI, da SEPRIR e outros órgãos de promoção da igualdade racial e de inclusão social significou uma grande perda não só para a população negra e povos indígenas, mas também para outros grupos sociais marginalizados, a exemplo da população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/transgêneros, queer, intersexo, assexual e mais) e das pessoas com deficiência, que tinham nesses órgãos um dos principais meios de trazer para a agenda do governo federal as suas demandas e reivindicações. Grupos sociais esses contemplados pelas políticas de ações afirmativas, em particular pela política de cotas (reserva de vagas), tanto na graduação como na pós-graduação e concursos públicos.

No que diz respeito à pós-graduação (foco deste estudo), teve a revogação da Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Educação (MEC), que solicitou que as Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observando os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, apresentassem, no prazo de 90 dias, propostas de inclusão de afrodescendentes (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Mas, diante da repercussão negativa no meio político, acadêmico e social, dias depois, o MEC tornou sem efeito a Portaria nº 545/2020 assinada por Weintraub, revogando a portaria de 2016. Ou seja, são os agentes sociais brancos enriquecidos, tutelados pelo Estado, se mobilizando politicamente para não perder privilégios e poderes.



Fato esse que revela que a sociedade brasileira, em suas diferentes esferas, está atenta aos retrocessos que vêm acontecendo no país promovido pelo governo do presidente em exercício Jair Messias Bolsonaro, que em seu discurso e ações tem adotado uma postura e direcionamento contrário ao que vinha sendo construído nos governos anteriores, tanto no que diz respeito ao diálogo com os movimentos sociais, quanto aos avanços no campo das políticas sociais e de ações afirmativas. Em dois anos e meio de governo, efetivou o desmantelamento de órgãos públicos responsáveis pela elaboração e gestão das políticas públicas voltadas para os agentes sociais empobrecidos, em particular as voltadas para a população negra e os povos indígenas.

### **Movimento Negro, Intelectuais Negros e Negras, NEABs e Ações Afirmativas na Pós-Graduação**

Mesmo em um contexto político marcado por tensões e retrocesso, nos últimos anos, tem-se avançado no debate e na implementação de ações afirmativas na pós-graduação brasileira. No entanto, falar sobre essa questão significa pensar os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) como lócus, por excelência, de formação de pesquisadores e de produção de conhecimentos sistematizados, ainda de acesso restrito, altamente seletivo e excludente. Como espaços de disputa no qual a elite branca conservadora consegue manter-se frente aos direcionamentos do que é ciência e de como fazer pesquisa, assim como no direcionamento dos temas dignos de serem pesquisados, considerando as pessoas negras e as indígenas apenas como objetos de estudo (Santos, S. 2008, 2011; Gomes, 2017). E, desta forma, nega a participação destes sujeitos, enquanto indivíduos potencialmente capazes de produzir conhecimentos cientificamente válidos e de interesse científico.

Conforme os estudos de Ana Carolina Vieito, Danielle Munhoz e Gianfranco Andréas (2018, p. 40):

A questão do racismo e da exclusão dos negros se expande no âmbito acadêmico. Com efeito, a própria universidade e seus intelectuais, compostos em sua quase totalidade por brancos, produz saberes, de forma a excluir os intelectuais negros desse espaço. Não se pode esquecer que muitas formas de se pensar os negros são provenientes do discurso científico do século XIX, produzido a partir das teorias raciais europeias.

Ao refletir sobre o que dizem Dubet (2008), Vieito, Munhoz e Andréa (2018), observa-se que a adoção de Políticas de Ações Afirmativas nos níveis mais altos de ensino (graduação e pós-graduação) é uma questão “indigesta” não apenas para a elite acadêmica, mas para as elites política, econômica e cultural brasileiras. As quais, na busca de manter poderes e privilégios que ocupam em todas ou quase todas as esferas da sociedade, têm se mostrado contrárias à adoção das referidas políticas nos espaços que até então a elas eram exclusivos e a pós-graduação é um desses espaços.

É notório que “[...] o jogo político é estruturado por regras que se ajustam aos jogadores que estão no topo: os grupos de pressão, os partidos e as instituições.” (Venturini, 2019, p. 104). Mas, diante do tensionamento promovido pelo movimento negro, intelectuais negros e negras, pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), desde meados do século XX, e outros

agentes sociais comprometidos com a agenda/pauta antirracista na sociedade brasileira (Araújo, 2020), as regras estão sendo postas em questionamento, estimulando um debate tenso e caloroso entre os que se encontram no topo e os que se encontram na base da pirâmide socioeconômica e educacional, entre contrários e favoráveis às políticas de ações afirmativas.

O Movimento Negro, um coletivo composto de vários grupos, núcleos e entidades de diferentes perfis, configura-se como um ator político que produz discursos, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pelos negros e negras ao longo da história, bem como reordena enunciados, nomeia aspirações difusas, articula lutas e desafios que permitem aos afro-brasileiros se reconhecerem nesses novos significados (Gomes, 2019). E, desta forma, afirma a referida autora, dá sentido e significado às lutas antirracistas no Brasil e no mundo. Além de promover o debate, denunciar o racismo e estimular os afrodescendentes acerca da importância da educação escolar, desde o século passado aos dias atuais tem se mobilizado em torno da pauta antirracista no país, não ficando apenas no campo da denúncia e da reivindicação de direitos negligenciados pelo Estado, mas da ação, elaborando e desenvolvendo projetos e atividades dentro da perspectiva do que se convencionou chamar de políticas de ações afirmativas.

Para Araújo (2018), o Movimento Negro brasileiro, além de protagonista, é pioneiro no campo das políticas de ações afirmativas, visto que desde a década de 1940 já incluía na sua pauta de discussão a necessidade de políticas diferenciadas para os afro-brasileiros, com maior destaque a partir dos anos de 1970, quando emergem no cenário político e cultural do país diversas organizações negras de diferentes perfis – político, cultural, religioso, entre outros –, e que passam a elaborar e coordenar diversas ações de caráter afirmativo, em particular na área educacional, a exemplos dos cursos pré-vestibulares populares, apoio à criação de núcleos de estudos e centros de pesquisa dentro das universidades, projetos e abordagens educacionais contemplativos das diversidades, entre outros. Assim sendo, pontua o referido autor, discutir sobre as políticas de ações afirmativas no contexto brasileiro implica trazer para o debate esse movimento que, juntamente com os intelectuais negros e negras, configura-se como um dos principais agentes de mobilização social, política, acadêmica e jurídica dessas políticas.

Os intelectuais negros e negras, aqueles e aquelas acadêmicos que constroem suas trajetórias acadêmicas influenciados direta ou indiretamente pelas discussões e conhecimentos sobre as questões étnico-raciais produzidos no interior do Movimento Negro, em interação com a ética acadêmico-científica que orienta as suas pesquisas, estudos e ações, por sua vez, colocam os saberes/conhecimentos produzidos nas vivências étnico-raciais da comunidade negra em diálogo com a ciência, indagam a produção do conhecimento científico e o lugar ocupado pelos diferentes grupos étnico-raciais no espaço acadêmico e demais esferas da sociedade (Gomes, 2017, 2019; Santos, S. 2008, 2011).

Se durante muito tempo eram apenas objeto de estudo de pesquisadores que estudavam sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, a inserção de negros e negras no campo acadêmico, como pesquisadores e sujeitos que produzem conhecimentos científicos, como ressalta Gomes (2010), faz parte das ações e reivindicações do Movimento

Negro, ao longo da história, pelo direito à educação, ao conhecimento científico e à superação do racismo no país.

Para além do campo político e social, os intelectuais negros e negras ampliam o debate sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira e das políticas de ações afirmativas para o campo da pesquisa acadêmica e de produção do conhecimento científico. Abordam temáticas e questões que antes não eram de interesse de pesquisa, assim como desenvolvem novas metodologias que deem conta de interpretar as experiências dos negros e negras ao longo da sua trajetória na construção e desenvolvimento do país e que as metodologias existentes não dão conta.

Ao ingressarem nos cursos de mestrado e de doutorado, os afrodescendentes deixam de ser apenas objeto de estudo, para se tornarem autores protagonistas no desenvolvimento de pesquisas, em diferentes áreas do conhecimento, abordando diferentes temáticas, em particular sobre as questões envolvendo a população negra. E, por conseguinte, protagonistas na produção de conhecimentos científicos sobre os negros e negras e as relações raciais no Brasil.

Para Figueiredo (2016, p. 218), “[a] produção acadêmica negra posicionada, ativista e engajada foi determinante para a implementação das reservas de vagas nas universidades públicas brasileiras.” Nessa mesma direção, Cordeiro, Diallo e Cordeiro (2019, p. 118) ressaltam que as políticas de ações afirmativas na pós-graduação se apresentam como horizonte a possibilidade da desconstrução do caráter universal e natural do conhecimento produzindo no espaço acadêmico e, com isso, coloca “[...] em xeque todos os pressupostos teóricos e metodológicos que orientam a validação do saber, e ao mesmo tempo invalidam negam, excluem outras nações, povos e culturas.”

Tem-se ainda os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) que, desde 1959, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), na Universidade Federal da Bahia (UFBA), têm tido papel ativo dentro das universidades no debate e ações voltadas para a temática das relações étnico-raciais na sociedade brasileira.

Segundo Siss (2014) e Silva, L. (2019), os NEABs, cientes do papel da universidade, enquanto *locus* e ator privilegiado da produção de conhecimento, potencializam suas intervenções nos processos de formação inicial e continuada de professores, por meio de cursos de extensão e de especialização, oficinas, palestras, entre outras iniciativas desenvolvidas de forma presencial e à distância. Também na elaboração, acompanhamento, avaliação e efetivação das políticas de ações afirmativas.

Se hoje as políticas de ações afirmativas são uma realidade na sociedade brasileira, não é porque o Estado brasileiro e suas instituições simplesmente reconheceram as desigualdades raciais existentes no país e resolveram implementar políticas públicas de promoção da igualdade racial, mas graças às ações e ao tensionamento dos atores sociais comprometidos com a causa antirracista, a exemplo do Movimento Negro, dos Intelectuais Negros e Negras, dos NEABs, acima mencionados, entre outros. É graças a eles também que, nos últimos anos, tem-se um número crescente de universidades públicas que adotou algum tipo de política afirmativa nos seus programas de pós-graduação, ampliando a política de cotas para além da graduação.

No entanto, Venturini (2019) divide em três as fases de ingresso da pauta de implementação de ações afirmativas na agenda dos programas de pós-graduação das universidades públicas e do governo federal. A primeira, segundo ela, ocorreu entre os anos de 2000 e 2011, com a circulação das ideias nos programas de pós-graduação de baixa difusão no país; a segunda, 2012 a 2016, com o ingresso do tema na agenda decisória do MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e a terceira, a partir de 2016, com a difusão da política e ingresso na agenda de programas e universidades. Neste contexto, pontua a referida autora, os representantes dos órgãos federais, notoriamente a CAPES, responsável pelo censo discente na pós-graduação brasileira, de modo a fornecer subsídios para o acompanhamento de ações de inclusão de afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência e avaliação de tais ações junto aos programas, “[...] foram contrários à edição de normativos que tornassem obrigatória a adoção de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação por entender que isso violava a autonomia dos programas” (Venturini, 2019, p. 218).

### **Breve panorama da implementação de políticas de ações afirmas na pós-graduação**

As universidades estaduais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), foram as primeiras instituições de ensino superior a implementar, no início desse século, política de cotas raciais na graduação. No caso da UNEB, em todos os seus cursos de graduação e pós-graduação.

A UNEB foi a primeira a adotar, em 2002, a política de cotas raciais na pós-graduação. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade de São Paulo (USP), com incentivo da Fundação Carlos Chagas (FCC) e Fundação Ford (FF), em 2004, também adotaram cotas na pós-graduação em Direitos Humanos (Santos, J. 2010; Venturini; Feres Júnior, 2020).

Temos ainda o Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford (International Fellowships Program - IFP), que no período de 2002 a 2013 ofereceu bolsas de mestrado e de doutorado para estudantes de grupos subrepresentados na pós-graduação, como referência e experiência bem-sucedida de políticas de ações afirmativas nesse nível de ensino (Rosemberg, 2013). E, segundo Marcos Antônio Silva (2016, p. 112), “[...] atuou com êxito no contexto dos debates nacionais sobre ação afirmativa, debates que levantaram questões profundas sobre a discriminação endêmica na educação superior brasileira, especialmente, na pós-graduação.”

Mas é a partir do ano de 2016 que se tem um expressivo e crescente número de universidades públicas que passam a adotar políticas de ações afirmativas, em particular a política de cotas, em seus programas de pós-graduação, provavelmente em decorrência da Portaria Normativa nº 13/2016. Em 2018, conforme os estudos de Venturini (2019) e de Venturini e Feres Júnior (2020), um percentual de 26,4% dos programas de pós-graduação brasileiros implementaram alguma modalidade de ações afirmativas.

Quanto à distribuição dos programas com algum tipo de políticas de ações afirmativas, conforme as regiões do país, de acordo com o mapeamento

feito por Venturini e Feres Júnior (2020), o Sudeste, onde estão concentrados o maior número de programas de pós-graduação acadêmico (42,1%), aparece com 36,8%, seguido do Nordeste 30,5%, Centro-Oeste 13,1%, Norte 11,2% e Sul com 8,3%.

Em termos numéricos, o estado de Minas Gerais aparece com 151 programas adotantes de ações afirmativas, seguido do Rio de Janeiro com 100 e da Bahia com 77. Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas são as áreas com o maior número de programas com tais políticas, enquanto as áreas de Engenharias são as que apresentam o menor número. A predominância das áreas de humanidades, segundo os referidos autores, “[...] parece ter relação com seus objetos de estudo e com a proximidade de questões ligadas a grupos vulneráveis...” (Venturini; Feres Júnior, 2020, p. 899)

As universidades federais representam 85,9% das instituições de ensino superior que implementaram políticas de ações afirmativas na pós-graduação, influenciadas pela Portaria Normativa nº. 13/2016, seguidas das estaduais com 14,1%. A maioria dos programas, 73,1%, implementaram por meio de resolução do conselho universitário, 17,9% por decisão do programa, 8,6% por meio de lei estadual e 0,4% por decisão do programa com o incentivo da FCC/FF (Venturini, 2019; Venturini; Feres Júnior, 2020).

Os grupos que apresentam argumentos contrários à implementação da política de cotas na pós-graduação são: docentes do programa, 73,20%, estudantes, 20,40% e funcionários, 6,4%. A meritocracia, 29,50%, a universidade já tem ação afirmativa para curso de graduação e as medidas para a pós-graduação não são necessárias 24,10%, a política de cota pode afetar a qualidade do programa 18,70%, a autonomia do programa para definir seus critérios de admissão 16,60%, a política pode afetar a nota do programa na avaliação da CAPES 13% são os principais discursos contrários a ações afirmativas na pós-graduação (Venturini, 2019; Venturini; Feres Júnior, 2020).

Em relação ao discurso do mérito, compartilha-se o pensamento de Carvalho (2003, p. 325) ao afirmar que “[...] a pós-graduação não é universalista, e a ela não se pode aplicar, de modo algum, o argumento da meritocracia imparcial.” E de Silva, E. (2017, p. 438) de que “[o] apego a questão do mérito como forma de acesso justo ao ensino superior pode estar associado à má interpretação ou ser a manifestação política daqueles que usam tal argumento.” Em outras palavras, são os discursos usados pela elite branca racista para negar e deslegitimar as políticas de ações afirmativas, afinal, insiste-se, não é de seus interesses dividir com os não brancos os espaços de poder e socialmente mais valorizados, muito menos os privilégios que os acompanham desde o período colonial.

Quanto ao discurso de que a graduação é capaz de igualar as oportunidades de acesso à pós-graduação, considerando que o espaço universitário é elitista e excludente, as desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e regionais, principalmente o racismo que permeia a sociedade brasileira, não se sustentam. Tem ainda o fator de que as instituições de ensino superior privadas de pouca ou de qualidade duvidosa, onde se concentram muitos estudantes beneficiados pelo Fies e pelo Prouni, em sua maioria de estudantes pretos e pardos, configuram um elemento que, provavelmente, irá dificultar na pretensão destes seguirem estudando nos níveis subsequentes, mestrado e doutorado. E quando conseguem, chegam em situação desfavorável, por uma série de fatores, entre eles a não iniciação à pesquisa



científica, uma vez que, como observa Santos, J. (2010), estudantes que têm convívio com professores em pesquisa ou em grupo de pesquisa se tornam promissores no desempenho acadêmico e na inserção em pós-graduação, coisa que a maioria das intuições privadas não costuma desenvolver ou o faz de forma incipiente.

Sobre os discursos contrários às políticas de ações afirmativas na pós-graduação, Venturini (2019, p. 235) pontua que:

[...] podem decorrer da falta de conhecimento sobre as desigualdades raciais e sociais do país ou do não reconhecimento de que há disparidades no processo de admissão e do quanto elas podem gerar resultados desiguais em prol de determinados grupos.

Não percebem ou não querem perceber que a pós-graduação no Brasil se apresenta como um nível educacional marcado por intensas desigualdades – regionais, étnico-raciais e econômicas (Rosemberg, 2013; Venturini; Feres Júnior, 2020). E que a implementação de Políticas de Ações Afirmativas, em particular a reserva de vagas (cotas), nos cursos de mestrado e doutorado, configura-se como um dos meios necessários para reverter o quadro de desigualdades que permeia a pós-graduação brasileira. A esse respeito, Carvalho (2003, p. 164) pontua que:

Estaremos concedendo a continuidade de um processo de desigualdade racial se limitarmos a proposta de ações afirmativas apenas para a graduação. Pois há outra questão igualmente política e igualmente grave que deveria nos ocupar com a mesma energia: a necessidade de incluir também, e imediatamente, os negros que já terminaram a graduação e que desejam ingressar nos cursos de pós-graduação.

Basta olhar os números percentuais para perceber que a disparidade existente entre brancos e negros na pós-graduação brasileira ainda é muito grande. No total da pós-graduação (mestrado e doutorado), em 2010, os brancos correspondiam a 74,6% e os negros a 25,4%. Apenas 7,9% das pessoas negras e 19,6% das pessoas brancas frequentavam o ensino superior na idade adequada (Artes, 2013), revelando, desta forma, uma distorção idade/série na educação superior. Em relação à titulação, no conjunto da população, os afrodescendentes representavam apenas 19,3% dos mestres titulados e 15,2% dos doutores (Venturini, 2017, 2018). Em 2016, eram apenas 27,08% dos estudantes matriculados em cursos de mestrado e de doutorado, enquanto os brancos eram 70,86%, amarelos 1,76% e indígenas 0,31% (Ferreira; Rocha Neto, 2019). Diante desses índices, compreende-se a necessidade de,

[...] estabelecimento de novos critérios de admissão no nível mais alto da educação (mestrado e doutorado) baseados não somente na avaliação da capacidade e vocação para pesquisa do candidato, mas, além disso, nas condições raciais, sociais e físicas podem ser adotados no sentido de promover a construção de ambientes de trabalho plurais, de modo a ampliar a diversidade humana na área de produção de

pesquisa e conhecimento. Como consequência, isso pode gerar efeitos positivos individuais e coletivos (Marrara; Gasiola, 2011, p. 29)

Critérios de avaliação que chamam a atenção de pesquisadores, Carvalho (2003), Marrara e Gasiola (2011), Venturini (2017, 2018, 2019), Feres Júnior *et al.* (2018), Venturini e Feres Júnior (2020), que discutem sobre a implementação de política de cotas nos programas de pós-graduação brasileiros. Segundo Venturini (2018, p. 08), diferentemente dos critérios utilizados na graduação, que têm os estudantes oriundos da escola pública e se declaram afrodescendentes ou indígenas como os principais alvos da política de cotas, na “[...] pós-graduação é raro ver iniciativas que condicionam o benefício à conclusão do ensino médio no sistema público ou à baixa condição socioeconômica.”

As modalidades, os grupos sociais beneficiados e especialmente os critérios adotados no processo seletivo, conforme os estudos de Venturini (2017, 2018, 2019) e de Venturini e Feres Júnior (2020), variam enormemente entre os programas de pós-graduação que adotaram políticas de ações afirmativas. E até mesmo dentro de uma mesma universidade, pontua Carvalho (2009). Em relação às modalidades de ações afirmativas adotadas, são: cotas (63,9%), cotas mais vagas suplementares reservadas (18%), cotas mais vagas suplementares reservadas, com processo seletivo separado (11,5%), cotas mais processo separado (5,6%), vagas suplementares reservadas (0,9%) e cotas mais bônus (0,1%) (Venturini; Feres Júnior, 2020).

Quanto aos grupos sociais beneficiados, as pessoas pretas, pardas e indígenas são as principais beneficiadas; também de forma significativa as pessoas com deficiência, quilombolas, pessoas trans, estudantes graduados na rede pública, de baixo poder aquisitivo e membros de povos e comunidades tradicionais; e, de forma tímida, portadores de visto humanitário (refugiados) e membros do movimento negro (Venturini; Feres Júnior, 2020). No entanto, pontuam os referidos autores, diferentemente da graduação, em que cada universidade divulga edital único com as regras do processo seletivo válidas para todos os seus cursos, na pós-graduação cada programa publica seu edital de seleção. Isso tem a ver com a autonomia dos programas para definir seus critérios de admissão.

Ademais, os programas de pós-graduação que adotaram política de cotas, em sua maioria, segundo Venturini (2017, 2018, 2019) e Feres Júnior *et al.* (2018), mantiveram os critérios e etapas tradicionais do processo seletivo, tais como: prova dissertativa, de proficiência em idiomas estrangeiros, apresentação de projeto de pesquisa, avaliação do currículo lattes, entrevista, entre outras. Desta forma, observa Venturini (2019), apenas a criação do adicional de vagas não remove as barreiras que dificultam o acesso dos afrodescendentes à pós-graduação, uma vez que alguns desses procedimentos, afirma ela, têm alto potencial de exclusão e podem impactar diretamente na eficácia e potencial inclusivo das políticas de ações afirmativas. É preciso, portanto, levar em consideração a trajetória educacional, a condição socioeconômica, os mecanismos que dificultam o acesso dos não brancos à pós-graduação e estabelecer critérios para saná-los.

Para Carvalho (2009), o processo seletivo de ingresso nos cursos de pós-graduação brasileiros é um sistema de avaliação que se dá por meio de

mecanismos explicitamente parciais, não universalistas, abertamente interessados e que, geralmente, pesa negativamente no cômputo das chances de aprovação dos candidatos negros. Nas palavras do referido autor,

A seleção para a pós-graduação é o resultado de preferências, que incluem manutenção de linhas capazes de assegurar aos professores a continuidade com seus interesses de pesquisa e a sua capacidade de recrutar estudantes que se adaptam a esses interesses. (Carvalho, 2009, p. 148)

O pensamento de Carvalho (2009) é ampliado por Silva, M. (2016, p. 114) quando ressalta que:

[...] os estudantes negros que ingressam na pós-graduação encontram poucos orientadores que trabalham ou conhecem o tema das relações raciais, o que impõe dificuldades ao projeto de pesquisa e à trajetória do aluno ou aluna. Muitas vezes, não há grupos de estudos ou disciplinas que dariam sustentação ao projeto. No que diz respeito aos apoios recebidos, encontramos pesquisas que indicam que o elemento fundamental que explica trajetórias com mobilidade educacional com êxito na educação superior/pós-graduação se encontra na possibilidade de formação de rede de solidariedade e ajuda.

Em consonância com as observações de Carvalho (2009) e Silva, M. (2016), pode-se dizer que, se os critérios e as etapas do processo seletivo, assim como as preferências e interesses particulares dos professores/orientadores, não forem revistos, a inclusão dos afrodescendentes na pós-graduação permanecerá acontecendo de forma deficitária e os que conseguirem entrar terão que enfrentar muitas barreiras para permanecer e concluir os estudos. Como dito anteriormente, uma inclusão excludente. Quanto ao fato de serem poucos os orientadores que trabalham ou conhecem o tema das relações étnico-raciais nos programas de pós-graduação, por que será? Certamente porque, como visto, a pós-graduação brasileira é um espaço elitista e excludente, pouco acessível para estudantes e docentes não brancos.

Pode-se dizer ainda que apenas a reserva de vagas para os afrodescendentes ingressarem na graduação, como ressaltam Vieito, Munhoz e Andréa (2018, p. 39), não é suficiente “[...] para igualá-los no mercado de trabalho, tampouco para obterem um diploma em nível de mestrado e doutorado.” Para os referidos autores, políticas de ações afirmativas que visam garantir a efetiva diversificação racial no ensino superior têm de levar em consideração não apenas o acesso, “[...] mas também a permanência e a possibilidade de desenvolver esse ciclo educacional em nível de pós-graduação.” (Vieito; Munhoz; Andréa, 2018, p. 39). Em outras palavras, além do acesso, garantir a permanência, o êxito e a possibilidade de continuarem estudando nos níveis subsequentes – mestrado e doutorado. Como está prescrito no artigo 206, inciso I, da Constituição Federal: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (Brasil, 1988)

## Considerações finais

O estudo, em linhas gerais, evidenciou que, mesmo passadas duas décadas desde que as Políticas de Ações Afirmativas começaram a ser implementadas na sociedade brasileira, o debate ainda se constitui em um tema tenso, complexo e polêmico. Os conflitos que ainda incidem sobre essas políticas, de acordo com Gomes (2009), mostram a zona de tensão na qual se localizam as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, em que predomina, segundo ela, a hostilidade e a violência simbólica do racismo.

Com isso, acredita-se que, com a implementação de cotas raciais na pós-graduação (foco central desse estudo), diante do contexto político e social em que o país se encontra, continuará a animosidade entre os que se posicionam contrários e os que se posicionam favoráveis às referidas políticas. As quais não estão circunscritas apenas à população negra e aos povos indígenas, como equivocadamente são concebidas no meio popular, mas a outros agentes sociais pertencentes a grupos historicamente marginalizados no país.

Apontou que os agentes sociais empobrecidos, em particular os historicamente discriminados e marginalizados na sociedade brasileira, que no passado eram excluídos do sistema escolar, hoje são direcionados para as instituições de ensino de baixa qualidade ou de qualidade duvidosa. E, desta forma, com menos chances de ascenderem socialmente, são direcionados para empregos mal remunerados, subempregos ou desempregados, condicionados ao lugar subalterno a que têm sido preteridos ao longo da história.

Em relação às políticas de ações afirmativas, em particular à política de cotas raciais, o estudo evidenciou a importante e significativa contribuição dessas políticas para a promoção da igualdade de direitos, equidade e oferta de oportunidades, especialmente para a inclusão de negros e indígenas nos níveis mais altos do sistema de ensino – graduação e pós-graduação. E que a adoção dessas políticas na pós-graduação, com raras exceções, ocorreu posteriormente à graduação.

Inicialmente de caráter racial, hoje contempla, além de afrodescendentes e indígenas, outros sujeitos historicamente marginalizados – pessoas com deficiência, quilombolas, pessoas trans –, assim como estudantes graduados na rede pública, de baixo poder aquisitivo, membros de povos e comunidades tradicionais, portadores de visto humanitário (refugiados), membros do movimento negro e outros.

Sinalizou ainda que, para além da reserva de vagas, faz-se necessário garantir a permanência e o êxito dos estudantes cotistas na universidade, tanto da graduação quanto da pós-graduação. E que, se o clima tem sido tenso e complexo na graduação, a ampliação das políticas de ações afirmativas para a pós-graduação revela o quanto essas políticas têm ainda a serem estudadas e debatidas no meio acadêmico, político, jurídico e social dos brasileiros.

Enfim, diante de tudo que foi problematizado e discutido no decorrer deste estudo, compartilha-se o pensamento de Feres Junior e Campos (2016, p. 262) de que “[d]efender o sistema anterior às cotas é defender a manutenção do privilégio dos que menos têm de se esforçar para manter seu status social e não o mérito”, longe disso, afirmam os referidos autores, “[...] é defender que a universidade continue branca e de classe média-alta.” E, frente às desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais, regionais, educacionais, entre outras que acometem a sociedade brasileira, a importância das políticas

de ações afirmativas instituídas em diferentes esferas do Estado e a necessidade de novas políticas que complementem as já existentes.

## Referências

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Pobreza e desigualdade social e educacional no Brasil: uma questão social de classes ou uma questão racial de abrangência nacional com algumas peculiaridades regionais? **Revista da ABPN**, v. 10, n. 24, p. 409-425, nov.2017 – fev. 2018.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Movimento Negro e Intelectuais Negros(as): agentes mobilizadores das Políticas de Ações Afirmativas. **Revista Cocar**, v. 14, n. 30, p. 1-17, set./dez. 2020.

ARTES, Amélia Cristina Abreu. Estudantes de pós-graduação no Brasil: distribuição por sexo e cor/raça a partir dos censos demográficos 2000 e 2010. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. 36. **Reunião...** Goiânia: ANPED, 2013.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de Negros no Ensino Superior: o que mudou entre 2000 e 2010. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n.158, p. 858-881, out./dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016**, dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2016.

CAMPOS, Luiz; FRANÇA, Danilo; FERES JÚNIOR, João. **Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe** (GEMAA), n. 2, 2018, p. 1-18.

CARVALHO, José Jorge. As Ações Afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. **Teoria e Pesquisa**, n. 42/43, p. 303-340, jan./jul., 2003.

CARVALHO, José Jorge. As propostas de cotas para negros e o racismo acadêmico no Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 13-30. jul./dez. 2007.

CARVALHO, José Jorge. Ações Afirmativas na Pós-Graduação, na docência superior e na pesquisa: uma meta inadiável. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). **Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais**: o contexto Pós-Durban. São Carlos: EduFSCar, 2009. p. 133-158.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; DIALLO, Cíntia Santos; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Por que cotas para negros e negras na pós-graduação? **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura**, v. 06, p. 107-123, 2019.



CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Caderno de Pesquisa [on-line]**, n. 116, p. 245-262, 2002. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf). Acesso em: 5 nov. 2018.

DELGADO, Ignacio Godinho. Ações afirmativas e o horizonte normativo da democracia racial. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, p. 182-197, 1º sem. 2016.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** a escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

FERES JÚNIOR, João. Inclusão no ensino superior: raça ou renda? In: Democratização da Educação superior no Brasil: avanços e desafios. Grupo Estratégico de análise da Educação superior no Brasil, **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 13-14, jan./jun., 2012.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. A evolução do debate sobre ação afirmativa no Brasil: prognósticos passados e diagnósticos presentes. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVERIO, Valter (Orgs.). **Ações Afirmativas no Brasil: Reflexões e desafios para a Pós-Graduação**. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 241-268.

FERES JÚNIOR, João *et al.* Ações afirmativas na pós-graduação. In: FERES JÚNIOR, João *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 133-164.

FIGUEIREDO, Ângela. Para além dos números: uma reflexão sobre as experiências de professores/as e alunos/as negros/as na pós-graduação. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVERIO, Valter (Orgs.). **Ações Afirmativas no Brasil: Reflexões e desafios para a Pós-Graduação**. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 125-156.

GOMES, Nilma Lino. Para além das bolsas acadêmicas: ações afirmativas e o desafio da permanência dos(as) jovens negros(as) na universidade pública. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). **Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais: o contexto Pós-Durban**. São Carlos: EduFSCar, 2009. p. 197-211.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. **Revista da ABPN**, v. 11, p. 141-162, Edição Especial, abril de 2019.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 19, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2018.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41, 2019.

MARRARA, Thiago; GASIOLA, Gustavo Gil. Ações afirmativas e diversidade na pós-graduação. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p. 20-31, jul./dez. 2011.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

NORÕES, Katia Cristina. Cotas na pós-graduação e a perspectiva de conquistar outros espaços para a produção de conhecimento. 36ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 36. 2013, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPEd, 2013.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 02, p. 155-182, abr./jun. 2015.

PEREIRA, Fabiana Santos; ROCHA NETO, Ivan. Ações Afirmativas: quem são os discentes da pós-graduação no Brasil? **Revista Educação, Arte e Inclusão**, v. 15, n. 4, p. 105-127, out./dez. 2019.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e desigualdades**: brancos e negros no ensino superior. Brasília: Liber Livro, 2004.

RIBEIRO, Rafael de Freitas Schultz. Estudos sobre Ações Afirmativas. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 31, p. 165-190, ago., 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: pontos para reflexão. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza; GOMBERG, Estélio (Orgs.). **Racismos**: olhares plurais. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 93-126.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Ação afirmativa na pós-graduação**: o Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: FCC/SEP, 2013.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Pós-Graduação em Direito e as ações afirmativas no Brasil: uma experiência induzida. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 7, n. 14, p. 155-172, jul./dez. 2010.

SANTOS, Sales Augusto dos. De militantes negros a negros intelectuais. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Lisboa. **Anais...** Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2008.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Metamorfose de Militante Negros em Negros Intelectuais. **Revista Mosaico**, v. 3, n. 5, p. 102-125, 2011.

SILVA, Elisângela de Jesus Furtado da. Enfrentando uma dívida histórica: a UFMG aprova cotas na pós-graduação. **Farol**: Revista de estudos organizacionais e sociedade, Belo Horizonte, v. 4, n. 9, p. 428-455, abr. 2017.

SILVA, Joselina. Movimento Negro: uma história de resistência pela igualdade racial. In: SANTOS, Ivanir; ROCHA, José Geraldo (Orgs.). **Diversidade & ações afirmativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007. p. 100-126.

SILVA, Marcos Antônio Batista da. Políticas e práticas contemporâneas sobre relações raciais e a pós-graduação. **RBPG**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 105 - 127, jan./abr. 2016.

SILVA, Luiz Gustavo Santos da. A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros (ABPN) e os núcleos de estudos afro-brasileiros (NEABs): produções antirracistas. **Prelúdios**, Salvador, v. 8, n. 8 p. 21-33, jul./dez. 2019.

SISS, Ahyas. ações afirmativas, educação superior e NEABs: interseções históricas. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 181–190, 2014.

VENTURINI, Anna Carolina. Ações afirmativas para pós-graduação: desenho e desafios da política pública. ENCONTRO ANUAL DA ANPOC, 41., 2017, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2017.

VENTURINI, Anna Carolina. Ações afirmativas para pós-graduação e padrões de mudança institucional. Encontro anual da ANPOC, 42., Caxambu, 2018. **Anais...** Caxambu, 2018.

VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa na pós-graduação**: os desafios da expansão de uma política de inclusão. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. 320 p.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 882-909, jul./set. 2020.

VIANA, Vivian Jaqueline Lima; BENTES, Haroldo de Vasconcelos. Mídia brasileira como instrumento de racismo e interdição do negro no contexto das ações afirmativas. **Revista da ABPN**, v. 2, n. 4, p. 81-101, mar./jun. 2011.

VIEITO, Ana Carolina Espósito; MUNHOZ, Danielle Duarte; ANDRÉA, Gianfranco Faggin Mastro. Elites E Poder No Campo Científico: a questão das cotas para negros na Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil. **Ciências Jurídicas**, v. 19, n. 1, p. 35-41, 2018.

Enviado em: 29/12/2020 | Aprovado em: 01/08/2022